

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.794, DE 2004

Dispõe sobre a utilização de imóveis recebidos como dação em pagamento de créditos tributários da União, em programas habitacionais de baixa renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece condições para a utilização de imóveis recebidos como dação em pagamento de créditos tributários da União em programas habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

Art. 2º Com base no art. 156, XI, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com a redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, a autoridade fiscal poderá aceitar, a seu crédito, e em caráter excepcional, como dação em pagamento de créditos tributários da União, bens imóveis passíveis de serem utilizados em programas habitacionais.

Art. 3º O devedor interessado deverá formular requerimento à administração tributária indicando o crédito tributário a ser extinto, bem como a localização e descrição do imóvel oferecido.

§ 1º O devedor poderá oferecer imóvel de terceiro, com a anuência inequívoca deste, tanto no requerimento de dação em pagamento quanto na escritura, em conformidade com a legislação civil pertinente.

§ 2º Os créditos tributários poderão ser extintos, parcial ou integralmente, em qualquer fase de tramitação, administrativa ou judicial, inclusive os inscritos na Dívida Ativa.

§ 3º O requerimento a que se refere o *caput* importa confissão irretratável do débito fiscal e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, na órbita judicial ou administrativa, bem como a desistência dos já interpostos.

Art. 4º O órgão competente do Poder Executivo decidirá sobre a aceitação de dação em pagamento e sobre a destinação de imóvel passível de utilização em programas habitacionais.

§ 1º O imóvel destinado pelo órgão competente do Poder Executivo a programas habitacionais poderá ser utilizado diretamente na realização dos empreendimentos ou alienado para a obtenção de recursos financeiros a serem aplicados nesses programas.

§ 2º Para os efeitos desta lei, serão admitidos somente os imóveis comprovadamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou dívidas, e cujo valor, apurado em regular avaliação, seja compatível com o correspondente crédito tributário que se pretende extinguir.

Art. 5º Os imóveis recebidos como dação em pagamento ou os recursos obtidos com a sua alienação só poderão ser utilizados em programas que atendam a famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os procedimentos relacionados à avaliação do imóvel da dação em pagamento.

§ 1º O devedor poderá formular pedido de revisão do valor de avaliação de que trata o *caput*, no prazo de até cinco dias a contar da data de divulgação do resultado de avaliação, cabendo ao órgão avaliador pronunciar-se no prazo de dez dias.

§ 2º Em nenhuma hipótese o imóvel poderá ser aceito por valor superior ao da avaliação administrativa.

Art. 7º Acordado entre as partes o valor do imóvel, será lavrada e registrada a escritura correspondente à transação.

Parágrafo único. Correrão por conta do devedor as despesas relacionadas ao processo da dação em pagamento, inclusive tributos.

Art. 8º Os imóveis recebidos como dação em pagamento serão incorporados ao Patrimônio da União, promovendo-se a extinção da obrigação tributária ou a baixa da dívida ativa, nos limites do valor do imóvel dado em pagamento.

§ 1º Na hipótese de o valor do imóvel ser superior ao respectivo crédito tributário e, ainda assim, a operação ser do interesse da Administração, fica a União autorizada a emitir títulos do Tesouro Nacional no montante equivalente à mencionada diferença, com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os títulos a que se refere o §1º deste artigo poderão ser utilizados para pagamento de obrigações tributárias perante à União, ou ainda, previdenciárias, perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ficando este autorizado a recebê-los.

Art. 9º Os imóveis recebidos em dação em pagamento nos termos desta lei, poderão ser repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios como contrapartida da União em programas habitacionais destinados a famílias com renda de até três salários mínimos.

Art. 10. A extinção de créditos tributários com a utilização de imóveis para dação em pagamento na forma prevista nessa Lei, não exime a União de observar o disposto no art. 159 da Constituição Federal.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputada Maria Helena
Relatora

